

## A SEMANA EM BRASÍLIA

Destacamos abaixo as movimentações do Legislativo e Executivo que podem impactar o setor privado.

### LEGISLATIVO

#### 2 | **Câmara dos Deputados**

2 | Plenário

#### 3 | **Senado Federal**

3 | Plenário

#### 4 | **Novos projetos**

### EXECUTIVO

#### 5 | **Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL")**

#### 6 | **Prazos das principais discussões**



## LEGISLATIVO

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### Plenário

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana as seguintes proposições legislativas:

**Segurança de Barragens.** O Projeto de Lei n.º 550/2019 altera a Lei de Segurança de Barragens, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB); Lei das Águas, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB; a Lei n.º 8.001/1990 para instituir o pagamento da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) em caso de suspensão da produção devido a acidente ou rompimento de barragem; a Lei dos Crimes Hediondos, para classificar como hediondo o crime de poluição ambiental com resultado morte; a Lei dos Crimes Ambientais, para tipificar o crime de poluição com resultado morte e determinar que, em situação de acidente, a multa por infração ambiental seja revertida à região afetada; a Lei do Fundo Nacional do Meio Ambiente, para incluir, entre as aplicações financeiras prioritárias, a recuperação de áreas degradadas por acidentes ou desastres ambientais; e a Lei da Defesa Civil, para determinar ao Sinpdec a manutenção de canal de comunicação para o recebimento de denúncias e informações relacionadas à segurança de barragens.

 **Saiba mais**

**Transação Tributária.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá, em turno único, o Projeto de Lei Complementar n.º 9/2020 que possibilita aos que estão enquadrados no regime do Simples Nacional a adesão à transação tributária a ser tratada por Lei Federal.

 **Saiba mais**

## SENADO FEDERAL

### Plenário

O Plenário do Senado Federal pautou para esta semana as seguintes proposições legislativas:

**Alienação de Imóveis.** O Plenário do Senado Federal discutirá, em turno único, o Projeto de Lei de Conversão n.º 9/2020 (Medida Provisória n.º 915/2020) que aprimora os procedimentos de gestão e alienação dos imóveis da União.

 Saiba mais

**Direito Privado.** O Plenário do Senado Federal discutirá, em turno único, o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei n.º 1.179/2020 que institui normas de caráter transitório e emergencial para a regulação de relações jurídicas de direito privado em virtude da pandemia da Covid-19.

 Saiba mais

**Seguro de Vida.** O Plenário do Senado Federal discutirá, em turno único, o Projeto de Lei n.º 890/2020 que inclui na cobertura de seguros de vida óbitos decorrentes de epidemias ou pandemias.

 Saiba mais




**Dívida Rural.** O Plenário do Senado Federal discutirá, em turno único, o Projeto de Lei n.º 1.543/2020 que autoriza a prorrogação de dívidas rurais em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19).

 Saiba mais

## Novos Projetos de Lei

Abaixo destacamos as novas propostas legislativas protocoladas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal que interessam ao ambiente empresarial.

CÂMARA DOS DEPUTADOS	
<b>Imposto sobre Grandes Fortunas</b>	O <b>Projeto de Lei Complementar n.º 123/2020</b> regulamenta o inciso VII do artigo 153 da Constituição Federal, para instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas.  <b>Saiba mais</b>
<b>Combustíveis</b>	O <b>Projeto de Lei n.º 2.546/2020</b> veda temporariamente a importação de gasolina, diesel e etanol carburante.  <b>Saiba mais</b>
<b>Tributação. Lucros e Dividendos</b>	O <b>Projeto de Lei n.º 2.640/2020</b> institui a tributação do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos auferido.  <b>Saiba mais</b>
<b>Atividades Lesivas ao Ambiente</b>	O <b>Projeto de Lei n.º 2.649/2020</b> altera a redação da Lei 9.605/1988, que trata das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para acrescentar o art. 32-A e 32-B.  <b>Saiba mais</b>
<b>Lucro Real. IR</b>	O <b>Projeto de Lei n.º 2.650/2020</b> altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, para prever adicional de imposto de renda à alíquota de vinte e cinco por cento sobre a parcela da base de cálculo, apurada mensalmente, que exceder a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para as pessoas jurídicas sujeitas a tributação com base no lucro real.  <b>Saiba mais</b>
SENADO FEDERAL	
<b>Afroempreendedorismo</b>	O <b>Projeto de Lei n.º 2.538/2020</b> institui a política nacional de apoio ao afroempreendedorismo.  <b>Saiba mais</b>
<b>Consumidor</b>	O <b>Projeto de Lei n.º 2.568/2020</b> altera o Código de Defesa do Consumidor para impor ao fornecedor o dever de disponibilizar canal de atendimento ao consumidor, inclusive nas hipóteses em que o estabelecimento estiver fechado por determinação do Poder Público.  <b>Saiba mais</b>
<b>Produtos e Serviços Virtuais</b>	O <b>Projeto de Lei n.º 2.629/2020</b> altera o Código de Proteção e Defesa do Consumidor para obrigar lojas virtuais de serviços de mídia <i>over-the-top</i> (OTT) a oferecer listagem periódica e atualizada dos produtos e serviços adquiridos, dos termos contratuais e dos valores pactuados.  <b>Saiba mais</b>

<p><b>Transparência. Internet</b></p>	<p>O <b>Projeto de Lei n.º 2.630/2020</b> institui a Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet.</p> <p style="text-align: right;"> <b>Saiba mais</b></p>
<p><b>Pesquisa Tecnológica</b></p>	<p>O <b>Projeto de Lei n.º 2.707/2020</b> permite que o excedente do percentual dos dispêndios com pesquisa tecnológica excluído do lucro líquido das empresas possa ser aproveitado em períodos de apuração posteriores.</p> <p style="text-align: right;"> <b>Saiba mais</b></p>
<p><b>Financiamento Simplificado</b></p>	<p>O <b>Projeto de Lei Complementar n.º 121/2020</b> institui o Financiamento Simplificado Especial Temporário – FSET, para conceder alívio temporário da carga tributária para as pequenas e microempresas optantes do Simples Nacional.</p> <p style="text-align: right;"> <b>Saiba mais</b></p>



## EXECUTIVO

O Poder Executivo, por intermédio de seus Órgãos e Agências, conduz consultas e audiências públicas em importantes e diferentes temas. Veja os detalhes das discussões atualmente em curso:

### Agência Nacional de Telecomunicações (“ANATEL”)

**Consulta Pública n.º 38/2020** – A ANATEL realiza consulta Pública para aprimorar a proposta de coleta periódica de dados de Receita Operacional Líquida (ROL), Investimento e Tráfego referente ao Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) das Prestadoras de Pequeno Porte (PPP).

 **Prazo final: 25/06/2020** |  **Saiba mais**

Veja abaixo quadro com os prazos das principais discussões que se encerram entre maio e agosto de 2020:

CONSULTA/ AUDIÊNCIA PÚBLICA	ASSUNTO	PRAZO PARA CONTRIBUIÇÃO
<b>ANATEL<sup>1</sup></b>		
<b>Consulta Pública 36/2020</b>	Aprimorar proposta de bases de dados a serem divulgadas na vigência do Plano de Dados Abertos da Anatel que vigorará de novembro de 2020 a outubro de 2022.	25 de maio de 2020
<b>Consulta Pública 38/2020</b>	Aprimorar proposta de coleta periódica de dados de Receita Operacional Líquida (ROL), Investimento e Tráfego referente ao Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) e ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) das Prestadoras de Pequeno Porte (PPP).	25 de junho de 2020
<b>Consulta Pública 37/2020</b>	Aprimorar proposta de Regulamento de Numeração de Serviços de Telecomunicações, constante do item 25 da Agenda Regulatória 2019-2020.	26 de junho de 2020
<b>ANEEL<sup>2</sup></b>		
<b>Consulta Pública 30/2020</b>	Aprimorar a Análise de Impacto Regulatório que trata da avaliação e aprimoramento da regulamentação associada a reforços e melhorias em instalações de transmissão de energia elétrica.	15 de junho de 2020
<b>ANP<sup>3</sup></b>		
<b>Consulta Pública 26/2019</b>	Aprimorar a proposta de revisão da Resolução ANP n.º 30/2014, que trata da regulamentação do Plano de Avaliação de Descobertas (PAD); propiciar aos agentes econômicos e aos demais interessados a possibilidade de encaminhamento de opiniões e sugestões; identificar, da forma mais ampla possível, todos os aspectos relevantes à matéria objeto da audiência pública; e dar publicidade, transparência e legitimidade às ações da ANP.	Suspensa

<sup>1</sup> Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL").

<sup>2</sup> Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

<sup>3</sup> Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível ("ANP").

<b>Consulta Pública</b> <b>01/2020</b>	Aprimorar a proposta de revisão da Portaria ANP n.º 251/2000, que trata da regulamentação do acesso não discriminatório, por terceiros interessados, aos terminais aquaviários, existentes ou a serem construídos, para movimentação de petróleo, seus derivados e de biocombustíveis.	Suspensa
<b>Consulta Pública</b> <b>03/2020</b>	Aprimorar a proposta de especificação do diesel verde e as obrigações quanto ao controle de qualidade a serem atendidas pelos agentes econômicos que comercializem esse combustível no território nacional.	Suspensa
<b>ANS<sup>4</sup></b>		
<b>Consulta Pública</b> <b>77/2020</b>	Aprimorar a proposta de Resolução Normativa que disciplina os critérios para definição do capital regulatório das operadoras de planos de assistência à saúde, quanto à parcela de risco de crédito.	31 de maio de 2020
<b>ANTAQ<sup>5</sup></b>		
<b>Audiência Pública</b> <b>04/2020</b>	Aprimorar a proposta de norma que regulamenta as disposições contidas nos artigos 42-B e 42-C do Decreto n.º 8.033/2013, sobre a antecipação de receitas das administrações dos portos.	22 de maio de 2020
<b>Audiência Pública</b> <b>05/2020</b>	Aprimorar a proposta de resolução normativa que dispõe sobre a realização de Análise de Impacto Regulatório – AIR e de Avaliação de Resultado Regulatório – ARR pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ.	22 de maio de 2020
<b>ANVISA<sup>6</sup></b>		
<b>Consulta Pública</b> <b>792/2020</b>	Aprimorar a Proposta de Resolução de Diretoria Colegiada que autoriza o uso de aditivos alimentares em diversas categorias de alimentos.	22 de maio de 2020
<b>Consulta Pública</b> <b>778/2020</b>	Aprimorar proposta de Instrução Normativa que estabelece os limites máximos tolerados de contaminantes em alimentos.	02 de junho de 2020
<b>Consulta Pública</b> <b>777/2020</b>	Aprimorar proposta de Resolução de Diretoria Colegiada – RDC que dispõe sobre os limites máximos tolerados de contaminantes em alimentos, os princípios gerais para o seu estabelecimento e os métodos de análise para fins de avaliação de conformidade.	02 de junho de 2020

4 Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”).

5 Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”).

6 Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”).

<b>Consulta Pública</b> <b>776/2020</b>	Aprimorar proposta de regulamento com requisitos técnicos para o registro, suas modificações e a classificação dos produtos Saneantes, de acordo com o risco potencial à saúde.	19 de junho de 2020
<b>Consulta Pública</b> <b>805/2020</b>	Aprimorar a proposta de revisão dos procedimentos administrativos para concessão da Certificação de Boas Práticas de Fabricação e da Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem.	05 de agosto de 2020
<b>MAPA<sup>7</sup></b>		
<b>Portaria</b> <b>30/2020</b>	Aprimorar a proposta de Instrução Normativa que estabelece as critérios e procedimentos para a realização de tratamentos fitossanitários com fins quarantenários para fins de certificação fitossanitária internacional pelo MAPA ou para fins de aplicação de medidas fitossanitárias prescritas pelo MAPA.	16 de junho de 2020
<b>Consulta Pública</b> <b>(Portaria n.º 94/2020)</b>	Aprimorar a proposta de Instrução Normativa que estabelece o Sistema Nacional de Certificação Fitossanitária de Origem – SINFITO, com a finalidade de controlar a certificação fitossanitária de artigos regulamentados, de acordo com os requisitos fitossanitários estabelecidos.	26 de junho de 2020
<b>RECEITA FEDERAL</b>		
<b>Consulta Pública</b> <b>2/2020</b>	Aprimorar a Proposta de alteração da Instrução Normativa RFB n.º 1282/2012, que dispõe sobre a descarga direta e o despacho aduaneiro de importação de mercadoria transportada a granel.	27 de maio de 2020
<b>SECEX<sup>8</sup></b>		
<b>Consulta Pública</b> <b>(Circular n.º 29/2020)</b>	Aprimorar a minuta de Portaria SECEX que trata da fase facultativa de pré-pleito no âmbito de investigações originais, revisões e demais procedimentos de defesa comercial previstos nos Decretos n.º 8.058/2013, n.º 1.751/1995, e n.º 1.488/1995, na Portaria SECEX n.º 41/2018, e nos acordos comerciais em vigor no Brasil.	26 de junho de 2020

<sup>7</sup> Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ("MAPA").

<sup>8</sup> Secretaria de Comércio Exterior ("SECEX").

Este boletim apresenta um resumo de alterações legislativas ou decisões judiciais e administrativas no Brasil. Destina-se aos clientes e integrantes do Cescon, Barrieu, Fleisch & Barreto Advogados. Este boletim não tem por objetivo prover aconselhamento legal sobre as matérias aqui tratadas e não deve ser interpretado como tal.



**Para informações, entrar em contato com:**

**Luciano Inácio de Souza**

**D +55 61 3030 1952**

luciano.souza@cesconbarrieu.com.br

---

**CESCON, BARRIEU, FLESCH & BARRETO ADVOGADOS**

SÃO PAULO | RIO DE JANEIRO | BELO HORIZONTE | BRASÍLIA | SALVADOR

[www.cesconbarrieu.com.br](http://www.cesconbarrieu.com.br)

**CESCON  
BARRIEU**